



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

ATA DA AUDIÊNCIA PARA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO

Projeto de Lei do Executivo Nº 43/2023, que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial”

**REALIZADA A PARTIR DAS 18H30MIN DO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2023,
NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEIRO LOBATO - SP.**

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, às dezoito horas e trinta minutos, no recinto da Câmara Municipal de Monteiro Lobato, com a presença do Presidente da Câmara Vereador Edjelson Aparecido de Souza e os Vereadores Allan Rached Azevedo, Aloísio Aparecido dos Santos Barreto, Harley Rodrigues Alves Teixeira, João Francisco da Silva, Kurt Eugênio Greiner e Nedivan Rodolfo Guimarães, a responsável pela Contabilidade Senhora Marcela Carvalho e o Secretário de Finança Amaury Donizete Silva e demais pessoas interessadas. O Presidente da Câmara Municipal, Senhor Edjelson Aparecido de Souza, deu inícios aos trabalhos, e declarou aberta a Audiência Pública, a fim de proporcionar a transparência necessária na discussão do Projeto de Lei do Executivo nº 43/2023, que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial”, e as anotações necessárias nas leis orçamentárias, especificamente no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual do Município de Monteiro Lobato. A contadora deu início fazendo a leitura do Projeto de Lei do Executivo nº 43/2023, especificando que o crédito a ser aberto na Secretaria Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Saúde, Programa: manutenção das atividades na saúde, elemento: vencimentos e vantagens fixas – pessoa civil, com recurso do Federal, que tem como objetivo atender a execução do repasse da Assistência Financeira Complementar da União destinada ao cumprimento do Piso Salarial Nacional de Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem, de que trata a Lei nº 14.343/2022. A contadora disse estar à disposição para sanar as dúvidas. O Vereador Allan questionou porque o projeto foi apresentado como complemento salarial e não como piso salarial já determinado a partir dessa data. A Contadora esclareceu que é da forma como é repassado pela FNS, já vem como complementação, mencionou que entende a solicitação da classe para que seja instituído o piso dos enfermeiros, auxiliares e técnicos do município, porém, conforme orientação do CNM, o conselho dos secretários estaduais que representa a classe da saúde, que também fizeram esse questionamento e foram informados que era para ser feito como complementação. Mencionou que a lei federal institui o piso desde que haja cobertura financeira, cobertura essa aberta no ano de 2022 para esse ano; e ainda não existe no orçamento para o ano de 2024, não existe previsão para a complementação do piso. Mencionou que o que estão fazendo é repassar o valor que está vindo para o município. Mencionou que se institui o piso para a classe da enfermagem, são quase trezentos funcionários, e haverá questionamentos do porquê estar beneficiando apenas uma classe, mencionando que o piso deveria ser pago a todos, com base no princípio da isonomia. Disse que se a prefeitura instituir o piso agora o Governo Federal irá parar de repassar o valor faltante para o município, ressaltando que o município estará perdendo recurso e deixando de receber anualmente em torno de duzentos mil reais. Mencionou que todos os municípios



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

da região estão fazendo dessa forma, como complementação. Mencionou que na cartilha do FNS fala que fica a critério da municipalidade, reforçou que não está errado o projeto de lei, apenas não está na forma que vocês gostariam que estivesse instituindo o piso com recurso próprio. O Vereador Nedivan perguntou se dessa forma como complementação ele pode tirar quando quiser, e perguntou quais eram os municípios que complementaram dessa forma. A Contadora mencionou que não pode tirar da forma que quiser, pois é uma lei. Mencionou que municípios como Lagoinha, São Luiz do Paraitinga, e outros, pelo menos uns 05 municípios estão como complementação. O Vereador Allan mencionou que iria fazer alguns questionamentos para que pudessem entender onde ele quer chegar: começou falando que quando é gasto quase um milhão de reais em um rodeio, esse dinheiro sai de onde? De qual pasta? A contadora interrompeu mencionando que a audiência pública é referente ao piso da enfermagem. O Presidente interrompeu dizendo que o Vereador Allan está saindo fora da pauta, que estão discutindo o piso salarial e uma coisa não tem nada a ver com a outra. O Vereador Allan disse que tem, sim, senhor. O Presidente disse que está errado o que está levantando, o povo quer o rodeio, se o vereador não gostou, não vai aceitar esse tipo de coisa. O Vereador Allan indagou se poderia mudar a pergunta. O Presidente disse que não precisa mudar a pergunta, e disse para o Vereador que ele não faça firula. O Vereador Allan disse que não está fazendo firula, mencionou que estão falando do problema de repasse caso o governo não faça o repasse lá na frente. O Presidente interrompeu e disse que se não tiver o repasse ele vai parar de pagar. Mencionou que o Prefeito ou faz o piso salarial para todo mundo, ou não faz para ninguém. O Vereador Allan pediu para o Presidente deixá-lo terminar de falar. O Presidente disse que não iria deixar porque ele estaria desviando o assunto. O Vereador Allan disse que é uma audiência pública que o Presidente já tinha o impedido de falar uma vez, que não iria impedir de novo. O Presidente disse que iria impedir, sim, sendo o presidente, e disse para o vereador não vir com firula e falar o que é certo. O Vereador Allan disse que o presidente tem que ter respeito para falar, que ele está fazendo um questionamento, mas que vir mandar ele calar a boca não ia acontecer. O Presidente respondeu que ninguém tinha mandado o vereador calar a boca. O Vereador Allan mencionou que estão falando de impacto financeiro, impacto financeiro se caso vier parar de pagar esse repasse; até dezembro tem garantia, depois não tem mais. Disse que o grande problema que está acontecendo nos municípios é que está sendo feito um corte no FPM de todos os estados e de todas as prefeituras, e isso pode impactar em quase 30% na arrecadação do próximo ano. A Contadora interrompeu e indagou como aumenta o salário assim. O Vereador Allan disse que volta a pergunta à contadora: como que o prefeito vai em cada profissional prometendo piso salarial para o ano que vem. Disse que para ele isso é campanha eleitoral ou só fala da boca para fora; disse que sabe que papagaio pode falar, e se dirigiu aos presentes indagando se o prefeito não tinha ido lá mesmo, se não tinha prometido piso salarial em janeiro. Indagou qual a diferença do piso salarial em janeiro e hoje, usar uma lei que é federal, que pode, sim, a critério do município ser estipulada. Disse que tem que deixar claro que o município não quer, pois condições financeiras temos, porque direto o prefeito bate no peito, dizendo que tem oito milhões de superavit, e gasta dois milhões em festa no município. Esses dois milhões de festa pagam oito anos de reajuste salarial dos enfermeiros, esses mesmos enfermeiros que durante a pandemia não tiveram direito de trabalhar *home office*, que tiveram que enfrentar a pandemia de frente. Mencionou que meia



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

dúzia de prefeitos se reuniram e estão com medo do problema que terão lá na frente por criação de cargos; mencionou que vieram aqui pedir três cargos de advogado na prefeitura, quase vinte mil reais de salário, e ainda falaram que era urgente e primordial; isso não tem impacto na folha de pagamento? Ou só vai ter impacto a folha de pagamento do salário dos enfermeiros? Temos que ser justos e certos no que fazemos, não chegar aqui e ficar protegendo e tomando lado. Mencionou que está vendo a briga, que eles estão há anos lutando. A lei diz que o que vocês estão supondo, que no ano que vem não vai ter, mas não diz isso na lei, a própria cartilha diz que vai ter apoio financeiro do governo por dez anos e depois desse tempo a prefeitura tem que andar com as próprias pernas; esses mesmo dez anos a prefeitura tem tempo hábil de fazer ou de cumprir com a palavra dele que passou em todos os funcionários garantindo que em janeiro do próximo ano, antes da eleição, porque é ano eleitoral, que todos terão o piso; isso que tem que acontecer, parar com esse tipo de mentira e jogatina, fazer os funcionários virem aqui contra os vereadores e vice-versa; por isso fica a nossa indignação, esse tipo de pergunta que eu queria colocar: o mesmo dinheiro gasto com festas é o mesmo dinheiro que pode ser pago com folha de pagamento? Agora não? Quando quer abre as pernas, quando não quer fecha as pernas, com qual alegação? Ai em janeiro para fazer *lobby* político antes da eleição, vai lá falar que vai dar piso salarial, coisa que nós não acreditamos; não vai ter piso salarial para todas as categorias, pois não tem condição de pagar isso para todos os funcionários; vai chegar em janeiro vai dar cem ou duzentos reais para cada um e falar esse é o cala boca, fiz melhor que os outros prefeitos, pelo menos aumentei em duzentos reais o seu salário; não é isso que os funcionários querem, não é para isso que eles estão lutando, não é isso que a área deles merecem. Mencionou que do mesmo jeito que defenderam os professores, defenderam os agentes de saúde, irão também defender os enfermeiros. Se na justiça já deu favorável, cabe a nós; aí é gestão, gestão de enxugar o que tem que ser enxugado para contemplar piso salarial para os profissionais que merecem, essa é a diferença de gestão, não é criar cargo do jeito que ele quer; criou quase doze cargos, passaram por aprovação na Câmara, cargos comissionados, todos aprovados aqui nessa Câmara. Pode se criar doze cargos, mas não pode se passar o repasse. Coisa absurda, em torno de vinte e cinco mil reais mês de diferença salarial para garantir o piso da categoria; dinheiro que não faz nem cócegas pelos gastos que estão tendo; se economizar numa festa da viola, se economizar no carnaval, se economizar no rodeio, vai estar pago e por anos, o piso salarial dessas pessoas que trabalham a frente do nosso povo; a única categoria que não pode dormir. A contadora mencionou que se colocar trezentos mil em dez anos a prefeitura vai perder em torno de três milhões de recursos. Mencionou que se não repassarem esse valor como complementação, o dinheiro não vem. Ressaltou que não estão colocando em questão capacidade técnica o trabalho da enfermagem, não é isso que está em questão, a questão é que a gente tem esse repasse que está vindo e a orientação que está sendo passada para os municípios é para ser feito em forma de complementação, se um dia parar de vir a complementação como que será custeado. O Vereador Kurt indagou onde está previsto essa questão do governo não repassar o valor para os municípios que já pagam o piso, se seria na cartilha ou na lei, e perguntou se a contadora poderia mostrar. A Contadora informou que está previsto na cartilha. O Vereador Kurt mencionou que está com a cartilha aberta e fez a leitura do item 14, onde diz que o repasse será feito pelo FNS por meio de transferência fundo a fundo. A Contadora esclareceu que está na fórmula como é calculado.



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

O Vereador Kurt mencionou que na cartilha não fala nada que não vão receber se for piso ou se for complementar e solicitou que a contadora mostrasse onde estaria isso na cartilha. A contadora disponibilizou no telão a cartilha e mostrou aos presentes o que faz parte do cálculo. Esclareceu que a cartilha fala em vencimento básico, se o vencimento básico estiver abaixo do piso o governo manda a complementação. O Vereador Allan mencionou que o grande problema é que até dezembro está garantido, mas que a partir de janeiro fala que não. Mencionou que o prefeito garantiu aos funcionários que em janeiro estará implementando o piso salarial. A Contadora mencionou que essa questão não entra no que está sendo debatido. O Vereador Allan disse que entra, sim, pois a partir de janeiro não tem pagamento, porém o prefeito tá garantindo que vai pagar o piso em janeiro. A Contadora esclareceu que teria que chamar o prefeito para participar da audiência, que não poderia falar por ele. O Vereador Allan disse que eles, contadora e secretário, estariam ali como representante da prefeitura. A contadora indagou se teria sido feito convocação do prefeito, e afirmou que o prefeito não teria sido convocado. O Vereador Allan mencionou que o prefeito é convidado e não convocado, e que o Presidente da Câmara poderia ter convidado o prefeito. O Vereador Aloísio mencionou que tem essa guerra política no município, que ano que vem é ano de eleição, mas que precisam focar no que está sendo discutido. Mencionou que está tendo política na discussão. O Vereador Allan disse que o Vereador Aloísio estaria errado, que estão discutindo o salário dos enfermeiros. O vereador Kurt indagou como estaria descrito no holerite, se estaria o piso como salário base. A Contadora mencionou que a cartilha fala em complementação, que deveriam questionar a União, do porquê não fazem o repasse definitivo. Mencionou que estava presente para explicar sobre o crédito adicional, e algumas questões levantadas não são de sua competência. O Vereador Allan indagou se alguém da enfermagem teria alguma questão, disse que queria deixar claro que não é politicagem e sim um trabalho que vem fazendo. Mencionou que os servidores ligaram e pediram ajuda, para ele, como representante do povo, para estar representando a categoria. O Vereador Allan questionou se esse valor não seria um valor de complementação, para fazer a parte transitória, pois pegar do nada e obrigar os municípios a pagarem, os municípios não iam ter essa capacidade financeira. Disse que por isso o governo está dando um auxílio complementar, para dar sustentação a essas prefeituras, por um período X, até que as mesmas se adéquem e comecem a pagar o piso de forma adequada. A Contadora mencionou que está correta a fala do vereador, que recebem essa adequação como auxílio complementar, pelo período de 10 anos, para repassar para os enfermeiros. O Vereador Allan mencionou que na cartilha, quando foi preenchida e enviada, já constava os salários atuais pagos, e por isso a prefeitura recebeu o valor. A Contadora mencionou que esse valor estaria errado, pois a primeira vez que foi preenchida, foi preenchida errada, por falta de orientação. O Vereador Allan mencionou que não tem esse entendimento, que procuraram em outras cidades algum lugar que fale que a partir do momento que a prefeitura fizer um projeto de lei adequando o valor do piso salarial, a complementação do governo não será mais repassada, não tem um adendo disso. A Contadora disse que é como é feito o cálculo, como já havia mostrado. O Vereador Allan mencionou que a planilha já está no governo, que o governo já sabe quanto que tem que repassar para o município. A contadora esclareceu que a planilha é preenchida mensalmente. O Vereador Allan mencionou que não pode pegar um contrato e dizer que cortaram recurso, que terá que cortar aqui e pagar a metade do salário.



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

Disse que o que esses profissionais não querem mais é ficarem vulneráveis e a qualquer momento voltarem a receber o salário antigo e ter que entrar mais 15 anos na justiça para talvez um dia ganhar. Eles querem que as prefeituras e seu gestores façam um trabalho de desenvolvimento financeiro do município, que contemplem o salário deles de forma adequada, e é isso que Monteiro tem que fazer. Existe essa promessa, que em janeiro vai ser pago o piso salarial; não consigo entender se janeiro vai ser pago piso salarial por conta da prefeitura, porque vamos ficar brigando por causa de três meses que já está em conta os valores. Não consigo entender onde está a inverdade dos fatos, onde está o problema. A contadora esclareceu que da parte dela não tinha nada mais para ser explicado. O Presidente da Câmara, Vereador Edjelson, mencionou que o Prefeito está tentando fazer a readequação de todos os cargos, votar o piso salarial para todo mundo em janeiro. Mencionou que quanto ao funcionalismo do cargo de confiança, sempre funcionou assim. O cargo de confiança, como no nome já diz, é de confiança, tem o salário votado pela câmara. Disse que quando a pessoa passa no concurso, por exemplo, para enfermeira, para motorista, já sabem o valor dos salários; quando é contratado para um cargo de confiança, o cara sabe quanto vai receber. Mencionou que o Prefeito precisa de cargo de confiança para poder trabalhar, que o prefeito precisa de três advogados, como o vereador citou, para poder trabalhar; não existe prefeitura sem advogado. Um munícipe indagou se existe saúde sem enfermeiro. O Presidente da Câmara, Vereador Edjelson, mencionou que existe, se não quiser trabalhar, existem outros que vão prestar concurso. Complementou dizendo que não está falando que não existe saúde sem enfermeiro. Mencionou que o dinheiro que o governo está repassando será repassado para os enfermeiros, e disse que é injusto dar um piso salarial só para uma categoria. Indagou se seria justo pagar o piso salarial para os enfermeiros e não pagar para os motoristas. Disse que se o Prefeito está prometendo o piso salarial em janeiro eles vão cobrar, vão fazer um requerimento e pedir uma explicação. O Vereador Kurt mencionou que ano passado foi aprovado piso salarial dos professores e esse ano dos agentes comunitários de saúde. O Presidente da Câmara, Vereador Edjelson, mencionou que no início do ano o Prefeito vai instituir o piso salarial de todos. O Vereador Harley mencionou que é porque está chegando à eleição. O Presidente da Câmara, Vereador Edjelson, mencionou que com eleição ou sem eleição as coisas têm que acontecer. O Vereador Aloísio disse que eles têm que analisar o quem vem para a Câmara, disse que é a favor de aumentar o salário de todo mundo, que se o Prefeito for realmente fazer, ele manda para câmara e dão o prosseguimento. O Presidente da Câmara, Vereador Edjelson, disse que vai cobrar o piso para todos os funcionários. O Enfermeiro Anderson, mencionou que o dinheiro existe, e existe uma promessa de repasse. Mencionou que poderiam fazer um acordo: a partir do momento que o governo deixar de pagar a prefeitura assume. Mencionou que estão brigando, mas o dinheiro está vindo. Disse que concorda com a fala da contadora, que a partir do momento que colocar que Monteiro paga o piso, não vem mais dinheiro, pois o município já recebe, ele vai complementar o quê? É um acordo que dá para ser conversado. Vereador Allan mencionou que gostaria de fazer uma pergunta: se demorar dez anos para o governo cortar, e a prefeitura assumir a responsabilidade, esses dez anos vocês ficam com a defasagem de hora extra, férias, entre outras? Porque quando vocês receberem, vão receber em cima do salário base, não em cima de complementação. O Enfermeiro Anderson, mencionou que estariam esquecendo que existe um embargo de declaração do Senado, no Supremo Tribunal Federal, onde o Senado



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

está questionado o que o Supremo legislou. O Supremo pegou a lei e modificou a lei inteirinha, às vezes a gente está brigando aqui, não está chegando em entendimento nenhum, e daqui a pouco o Supremo vai falar para pagar. A lei foi feita para pagar, independente de carga horária, independentemente de qualquer coisa, a lei foi feita para pagar. O piso é o piso, e é para pagar para todo mundo, e é salário base. Mencionou que a melhor opção é tentar negociar, conversar com o Prefeito, pois o dinheiro está vindo, não tem como prever o futuro. O Presidente da Câmara, Vereador Edjelson, mencionou que o projeto está na câmara para pagar a complementação, mas estão querendo o piso no lugar da complementação. Mencionou que outras categorias vão querer o piso também. O Enfermeiro Anderson, mencionou que querem entrar num acordo. Mencionou que entendeu o que a Contadora falou. Mencionou que o ideal por agora é fazer por complementação, enquanto o governo está mandando o dinheiro, mas que acha interessante que a partir do momento que o governo não mandar mais, a prefeitura assuma o pagamento. Um acordo de cavalheiros, sem gritaria e sem ignorância. O Vereador Allan mencionou que é isso que estão querendo colocar, que tem que ser feito uma emenda no projeto. A enfermeira Elaine mencionou que não acha certo, que ninguém acha certo, o jeito como está sendo feito, mencionando que é fácil falar do jeito que estão falando, se o seu tá certinho está em dia. Mencionou que tem uma lei, que daqui a pouco vão ter que pagar, se a promessa é pagar em janeiro, porque não pagar agora, são só três meses, ou então, dar uma garantia documentada de que janeiro vem, é isso que estão questionando, ninguém quer brigar. O Presidente da Câmara, Vereador Edjelson, disse que vão fazer um requerimento para ver se o prefeito vai pagar o piso salarial e vão cobrar dele. Disse que por hora o que veio foi uma complementação, não estou falando que o meu tá certo, eu corro atrás todo dia, graças a Deus. Mencionou que a complementação veio, e que o piso salarial não acha justo pagar só para uma categoria. O Vereador Nedivan indagou se daria para fazer uma emenda nesse projeto de lei, dizendo que a partir de janeiro a prefeitura passa a pagar o piso salarial. A Contadora mencionou que como vai instituir o piso, teria que ser outro projeto, mencionou que a melhor forma, na sua opinião, seria aprovar esse projeto de complementação e brigar por outra lei para o pagamento do piso a partir de janeiro. O Vereador Nedivan disse que queria complementar sua fala, mencionando para tentarem fazer uma emenda dentro do projeto para ter uma segurança para os enfermeiros e não ficar esperando o que vai acontecer. A Contadora mencionou que em São José dos Campos fizeram como implementação do piso salarial desde que haja cobertura financeira pelo Governo Federal, e disse que isso pode ser feito. O Presidente da Câmara, Vereador Edjelson, disse para escolherem três profissionais da enfermagem, para se reunirem com o Prefeito, que irá com os demais vereadores que quiserem, para tentarem chegar em um acordo. Não havendo mais nada a tratar, agradeceu a presença de todos e deu-se por encerrada a presente Audiência, e para constar foi lavrada a presente Ata que vai assinada em lista própria de presença.

Edital publicado:

- no jornal “A Gazeta dos Municípios”, página 03, de 14 de setembro de 2023;
- no Diário Oficial do Município de Monteiro Lobato, Edição nº 518;
- no *site* oficial da Câmara Municipal de Monteiro Lobato.



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

Rua Maria Luiza Valvano Auricchio, 21, Centro – CEP 12.250-000 – Monteiro Lobato/SP

Telefone: (12) 3979-1145 – (12) 3979-1577

e-mail: camaramlobato@uol.com.br camara@monteirolobato.sp.gov.br

LISTA DE PRESENÇA À AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DE PROJETO DE LEI

• PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 43/2023,

“Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial”

REALIZADA A PARTIR DAS 18H30MIN DO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2023,
NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEIRO LOBATO - SP.

Nº	NOME
1	Medison Rodolfo Guimarães
2	Kurt Greiper
3	Josepe da Mônica Costa
4	Roberto Soares da Silva
5	Marly Rodrigues de Sousa
6	Marcelo Oliveira de Carvalho
7	Amannay Louizete Silva
8	Alan Roberto Azevedo.
9	Wandressa Ingrid de Rêe.
10	Carmélia Tereza Maria Guimarães
11	Rogério Ruel: Gomes.
12	Rodrigo Fernando de Souza
13	Lilian Silva Ruel: Gomes
14	Anderson Teixeira Castro. (enfermeiro).
15	Fabiano Lima
16	Glauco Kelly de Oliveira Cassiano
17	HENRIQUE RODRIGUES DE SOUZA,
18	RICARDO HIPOLITO SILVA
19	Thamir Augusto do Carmo
20	
21	
22	
23	
24	
25	